

## ***Reflexões sobre práticas alimentares em comunidades quilombolas e os impactos do racismo na invisibilização dos saberes***

*Reflections on food practices in quilombola communities and the impacts of racism on the invisibilization of knowledge*

*Reflexiones sobre las prácticas alimentarias en comunidades quilombolas y los impactos del racismo en la invisibilización del conocimiento*

Camilo Guimarães De Souza<sup>1</sup>  
Denize de Almeida Ribeiro<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Este estudo reflete sobre a importância das práticas alimentares tradicionais no campo da saúde pública e os impactos do racismo na invisibilidade desse conhecimento. O referencial teórico foi coletado de bases de dados como Lilacs, SciELO, PubMed e Google Scholar. As expressões de busca utilizadas foram: "saúde em comunidades quilombolas" com 87 resultados, "hábitos alimentares de comunidades quilombolas" com 4 resultados, "Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em comunidades quilombolas" com 10 artigos, e "Práticas Alimentares em comunidades quilombolas" com 5 artigos. A última busca encontrou artigos em comum com os dois títulos anteriores, não havendo dissociação entre "hábitos e práticas". O número limitado de artigos encontrados sobre práticas alimentares em comunidades quilombolas reflete a influência do modelo biomédico na formação de profissionais de saúde, promovendo a produção de conhecimentos etnocêntricos e tornando invisível o saber tradicional. Produtos agrícolas constituem a principal fonte de renda para os moradores da comunidade quilombola, incluindo feijão, mangalô, andu, aipim, milho, genipapo, batata, amendoim, legumes, entre outros. Esses alimentos e seus derivados são produzidos tanto para consumo doméstico quanto para venda. Concluímos que o racismo se manifesta de várias formas e que as novas gerações de profissionais e estudantes devem não apenas combater o racismo, mas também desconstruir o mito da democracia racial por meio de estudos científicos que demonstrem a relevância do conhecimento tradicional no campo da saúde. O propósito é valorizar e resgatar esse conhecimento das comunidades tradicionais

**Palavras-chave:** Reflexões; Saberes; Racismo; Práticas Alimentares.

### **ABSTRACT**

This study reflects on the importance of traditional eating practices in the field of public health and the impacts of racism on the invisibility of this knowledge. The theoretical framework was collected from databases like Lilacs, SciELO, PubMed,

<sup>1</sup> Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Salvador, Bahia. Brasil. E-mail: [camilogsouza@gmail.com](mailto:camilogsouza@gmail.com).

<sup>2</sup> Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Salvador, Bahia. Brasil.

and Google Scholar. The search expressions used were: "health in quilombola communities" with 87 findings, "food habits of quilombola communities" with 4 findings, "Food and Nutritional Security (SAN) in quilombola communities" with 10 articles, and "Food Practices in quilombola communities" with 5 articles. The last search found articles in common with the two previous titles, showing no dissociation between "habits and practices." The limited number of articles found regarding food practices in quilombola communities reflects the influence of the biomedical model on the training of health professionals, promoting the production of ethnocentric knowledge and rendering traditional knowledge invisible. Agricultural products constitute the main source of income for residents of the quilombola community, including beans, mangalô, andu, aipim, corn, genipap, potatoes, peanuts, vegetables, among others. These food items and their derivatives are produced both for domestic consumption and for sale. We conclude that racism manifests itself in various ways, and new generations of professionals and students must not only combat racism but also counter the myth of racial democracy through scientific studies that demonstrate the relevance of traditional knowledge in the field of health. The purpose is to value and rescue this knowledge from traditional peoples.

**Keywords:** Reflections; Knowledge; Racism; Eating Practices.

## RESUMEN

Este estudio reflexiona sobre la importancia de las prácticas alimentarias tradicionales en el campo de la salud pública y los impactos del racismo en la invisibilización de este conocimiento. El marco teórico se recopiló de las bases de datos Lilacs, SciELO, PubMed y Google Académico, utilizando las expresiones "salud en comunidades quilombolas" con 87 hallazgos, "hábitos alimentarios de comunidades quilombolas" con 4 hallazgos, "Seguridad Alimentaria y Nutricional (SAN) en comunidades quilombolas" con 10 artículos y "Prácticas alimentarias en comunidades quilombolas" con 5 artículos. Se encontraron artículos en común en la última búsqueda con los dos títulos anteriores, sin distinguir "hábitos y prácticas". Los escasos artículos encontrados sobre prácticas alimentarias en comunidades quilombolas corroboran el modelo biomédico de formación de profesionales de la salud, que fomenta la producción de conocimientos etnocéntricos e invisibiliza los saberes tradicionales. Los alimentos de origen agrícola son la principal fuente de ingresos de los habitantes de la comunidad quilombola, incluyendo frijol, mangalô, andu, aipim, maíz, genipap, papa, maní, legumbres, entre otros, producidos tanto para el consumo interno como para la venta. Concluimos que el racismo se manifiesta de diversas formas y que las nuevas generaciones de profesionales y estudiantes deben no solo combatir el racismo, sino también contrarrestar el mito de la democracia racial mediante estudios científicos que demuestren la relevancia de los saberes tradicionales en el campo de la salud, con el propósito de valorar y rescatar este conocimiento de los pueblos tradicionales.

**Palabras clave:** Reflexiones, Saberes, Racismo, Prácticas Alimentarias

## INTRODUÇÃO

Os conhecimentos tradicionais que atravessam essas práticas alimentares são repassados por gerações e reflete no modo de vida das populações tradicionais. Esses aspectos socioculturais necessitam uma compreensão dos profissionais de saúde, pois o conhecimento ocidental resultante de um modelo biomédico de formação, na maioria das vezes, desconsidera e desvaloriza os saberes que transcendem essas práticas.

O conceito de práticas alimentares ultrapassa o que é habitualmente consumido, considerando também as condições determinantes para a construção do hábito alimentar de um indivíduo, seja ele influenciado por questões culturais, modo de vida, introdução de novos alimentos através da mídia, entre outros. Elas podem ser compreendidas como uma prática social, implicando no deslocamento de uma abordagem estritamente biológica e metabólica para uma compreensão antropológica e social, pois, o homem biológico, o social, o ser psíquico, afetivo e cultural é indissociável <sup>(1)</sup>.

A comensalidade nos quilombos tem uma simbologia peculiar e está associada aos saberes transmitido a cada geração. Nas comunidades, o ato de comer não está atrelado a somente uma obrigação, mas sim de cultura, hospitalidade e religiosidade, que começa desde o plantio até o preparo dos alimentos cultuado através de oferendas as divindades nos dias festivos <sup>(2)</sup>.

O conceito de Hobsbawm <sup>(3)</sup> sobre a invenção das tradições corrobora com as práticas alimentares exercidas nas comunidades tradicionais, que mantém a sua essência nos processos de práticas ancestrais e que se perpetuam até os dias atuais, consolidando-os como povos remanescentes quilombolas, pois as tradições são mantidas durante gerações sem perder a sua essência.

De acordo com Hobsbawm e Col. (1997,p.9), no livro a invenção das tradições ele define “o conceito de tradições como um conjunto de práticas reguladas por regra tática ou abertamente aceitas, tais práticas visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, implicando na continuidade com relação ao passado”.

Considerando a importância de se ampliar a discussão com essa temática, o presente estudo objetiva compreender as práticas alimentares tradicionais e os saberes presentes na confecção de alimentos produzidos nas comunidades e os impactos das diversas formas de racismo nesses processos históricos.

## DESENVOLVIMENTO

### A origem do quilombo

Antes de compreender as práticas desenvolvidas nas comunidades precisamos entender o que é o quilombo. A palavra quilombo, que de origem Bantu quer dizer acampamento guerreiro na floresta possui vários sentidos que se confrontam nessa arena de disputas pela regularização dos territórios negros e foi popularizada no Brasil pela administração colonial, em suas leis, relatórios, atos e decretos se referem às unidades de apoio mútuo criadas pelos negros ao sistema escravista e às suas reações, organizações e lutas pelo fim da escravidão no País <sup>(4)</sup>.

No fim dos anos 70 ouve uma eclosão do Movimento Negro através da retomada e reificada como um lócus de organização, coletividade e resistência negra. No manifesto Quilombismo, o quilombo era uma realidade da qual nasceu uma necessidade urgente do negro de defender sua sobrevivência e de assegurar a sua existência de ser e resistir às consequências provocadas pelo sistema escravista <sup>(4)</sup>.

A chamada comunidade remanescente de quilombo é conceituada como grupos étnico-raciais que tenham também uma trajetória histórica própria, que tenha pertencimento e ancestralidade negra sinônimos de resistência à opressão histórica sofrida. As comunidades possuem representatividade no meio rural brasileiro que era conhecido como comunidades negras rurais (mais ao centro, sul e sudeste do país) e terras de preto (mais ao norte e nordeste) se expandindo para os centros urbanos entornos dos terreiros de candomblé <sup>(5)</sup>.

Os remanescentes quilombolas estão distribuídos em todo território nacional vivendo em comunidades formadas por vínculo de parentesco, preservando as

tradições culturais e religiosas atuando em trabalhos rurais, ou culturas de subsistência como mariscagem, pesca, agricultura familiar e muitos ainda dependem de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, entre outros. As terras para serem consideradas ocupadas por essas comunidades devem garantir a reprodução física, social, econômica e cultural assegurando moradia e os espaços destinados aos cultos religiosos, enfim devem conter reminiscências históricas dos antigos quilombos <sup>(6)</sup>.

Por meio da Instrução Normativa No 16, de 24 de março de 2004 que diz em seu artigo terceiro e quarto “Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. A legitimidade da comunidade é caracterizada e atestada por autodefinição da própria comunidade, que solicita à Fundação Cultural Palmares a sua certificação <sup>(7)</sup>.

A identidade quilombola pode ser concedida de maneira individual, quando cada membro se reconhece quilombola e de maneira coletiva quando será necessário se enquadrar no critérios de pertencimento dos grupos estabelecidos coletivamente, sendo que, nenhum membro externo pode rotular ou negar a identidade étnica de um grupo, isso inflige sua autoafirmação identitária, a mesma deve ser atribuída pelo coletivo <sup>(8)</sup>.

### **Territorialidade e racismo**

O território é imprescindível no modo de vida e na identidade cultural dos povos quilombolas. Além da contribuição com a preservação ambiental e desenvolvimento sustentável desses espaços, o território traz um sentimento de etnicidade, empoderamento identitário e de pertencimento, sendo este, um modo de sobrevivência material e simbólica para a identidade quilombola e para a sua contínua reafirmação <sup>(9)</sup>.

A territorialidade quilombola conforme o Artigo 2º do Decreto 4.887/2003 é considerado terras utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural. São essas características físicas e simbólicas que vinculam as pessoas ao território, e não o contrário, pois o território é o todo que garante a continuidade da vida e a comunidade e seus membros é uma de suas partes. A negação do acesso a terra e dos direitos violados do povo negro e seus descendentes resultante do Racismo Estrutural impacta diretamente no modo de vida desses povos <sup>(10)</sup>.

O racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento de modo em que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que resultam em desvantagens ou privilégios para indivíduos. O racismo alimentar acomete a população negra, em sua maioria, e conseqüentemente as comunidades quilombolas. O Nutricídio afeta pessoas negras e moradoras de áreas distantes dos centros urbanos com baixo poder aquisitivo, de acordo com dados da pesquisa por Amostra de Domicílios (Pnad), a insegurança alimentar atinge mais a população negra, nordestina e rural. O levantamento mais recente revela que um em cada três domicílios com pessoas de referência negras (29,8%) estava em insegurança alimentar (RIBEIRO, 2020) <sup>(11)</sup>.

Ainda no contexto de Racismo x Territorialidade pode citar o Racismo Institucional, que do ponto de vista racial atua de forma difusa no funcionamento cotidiano de instituições e organizações, provocando uma desigualdade na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes segmentos da população, dificultando o acesso às políticas públicas pelas comunidades quilombolas, além da pouca transparência dos órgãos competentes com relação a esses dados, implicando também, na legitimação dos territórios quilombolas <sup>(12)</sup>.

A condição desfavorável de ausência de políticas pública associadas ao colonialismo e a colonialidade impactam constantemente na estrutura organizacional das comunidades tradicionais. Todo esse contexto histórico de desigualdade teve início no período colonial baseada na dominação e subjugação das raças inferiorizando os negros e violando todos os seus direitos de acesso à saúde, a terra, educação, lazer, saneamento básico e etc. De acordo com Oliveira <sup>(13)</sup>, a

colonização não foi somente de povos, e sim de pensamentos e atos racistas que são reproduzidos até os dias atuais.

### **Produção de alimentos**

As comunidades negras rurais do início do século XX eram marcadas por deslocamentos na busca de moradia e trabalho, com o passar dos anos, o sustento principal continuou sendo o comércio da produção agrícola, porém não como no período colonial em que a grande parte do que se era produzido ficava nas mãos dos fazendeiros. Muitas comunidades fabricam farinha, mandioca e derivados, como no passado, vendendo parte da produção como meio de subsistência <sup>(14)</sup>.

A mariscagem também é uma atividade comercial comum nas comunidades do Recôncavo, exercida pelas marisqueiras ou mariscadeiras, considerada uma prática secular consolidada por gerações <sup>(15)</sup>. A pescaria, muito mais frequente na classe masculina e as atividades agrícolas de cultivo da banana, coco, cana de açúcar, artesanato de conchas e palha (cana-brava) e as de mariscagem são realizadas em sua maioria pelas mulheres, e muitos dos saberes executados nessas técnicas, são repassados de mãe para filha perpetuando por gerações.

Nas casas de farinha, através dos conhecimentos tradicionais é possível escolher a melhor época do plantio baseada no ciclo lunar, especialmente em lua crescente e lua cheia, plantando duas vezes ao ano, no inverno e no verão, nomeando de plantio do tempo, no qual prioriza o clima mais quente e úmido, com maior frequência de chuvas para brotação e enraizamento das estacas <sup>(16)</sup>.

Os hábitos e as práticas alimentares ancestrais presentes nas comunidades, refletem diretamente na situação nutricional e qualidade de vida das populações quilombolas, sendo o alimento a principal atividade comercial. Ele está intimamente ligado à cultura, crença e costumes de um povo, cujo saberes que compõem esses processos ainda são desconhecidos. Segundo Neto <sup>(17)</sup>, a desvalorização dos conhecimentos pertencentes a povos e comunidades tradicionais, implica na violência epistêmica<sup>1</sup>, racial e no apagamento da memória de um povo.

Segundo Santos <sup>(18)</sup>, Mestre quilombola conhecido popularmente como Nêgo Bispo, no Livro Tecendo rede antirracista, afirma que os saberes tradicionais atravessam gerações: “Minha geração avó é começo, minha geração filha é meio e minha geração neta é começo, de novo”.

Nêgo Bispo também afirma que tem de haver a confluência e transfluências dos saberes de povos indígenas e quilombolas com as universidades, agregando o saber orgânico ao conhecimento científico no intuito de fortalecer as produções científicas nas universidades e desconstruir o modelo eurocristão monoteísta implantado pelos povo brancos europeus.

## **Mandiocultura**

A mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) já era cultivada por populações indígenas muito antes da chegada dos colonizadores europeus no continente americano, por volta do século XV <sup>(16)</sup>. Algumas comunidades do recôncavo baiano e de outras regiões do nordeste tem a produção de mandioca uma das principais alimentos cultivados, além de ser rentável com a produção de bolos, beijus, maniçoba, doces, pães... farinhas e etc... seu processo de obtenção desde a coleta até a confecção dos seus derivados contribui para manutenção cultural das práticas alimentares ancestrais e diversos saberes tradicionais advindas dos povos africanos e indígenas.

No Estado do Pará, a mandiocultura também possui valor sociocultural, pois se faz presente na história de comunidades camponesas tradicionais espalhadas por todo o Brasil, geralmente consumida principalmente em forma de farinha.

Um estudo feito por Santana <sup>(20)</sup>, mostra as influências pelas quais as comunidades têm passado: “as famílias que praticam as farinhadas, atualmente passam por um processo de subalternização do saber fazer por meio de instituições como a Embrapa”, considerando a produção de farinha estritamente econômica e desvalorizando o saber orgânico que constitui essa produção alimentar. Nessas circunstâncias podemos compreender a invisibilização da cultura desses povos



decorrente de um modelo colonial e racista estrutural ainda pautada na branquitude e mão de obra escravista.

Na comunidade do Recôncavo da Bahia, de Santiago do Iguape Cachoeira-BA, um estudo realizado por Costa <sup>(21)</sup>, as técnicas de plantio da mandioca e produção de farinha realizada nas casas de farinha mostrou as práticas tradicionais envolvidas no plantio da mandioca. . A colheita é realizada nas primeiras horas da manhã ou ao entardecer pelas famílias e membros da comunidade, seguindo as etapas de lavagem e descascamento (raspagem) das raízes de mandioca, ralação das raízes, prensagem da massa ralada, esfarelamento e peneiração, torração, classificação da farinha, pesagem e empacotamento. Essas práticas tradicionais estão atreladas às memórias, a cultura, religiosidade e hábitos de vidas, sendo sinônimos de resistência que fortalece a cultura africana entre moradores nas comunidades.

Este artigo tem como objetivo compreender como as práticas alimentares ancestrais atravessam as crenças, os processos socioculturais, tradicionais e sua importância econômica no modo de vida das comunidades tradicionais, refletindo sobre os saberes envolvidos e quais os impactos do racismo nesse processo. O estudo buscará: compreender a produção de alimentos nas comunidades tradicionais e os saberes e fazeres envolvidos nesse processo; contribuir para desconstrução do modelo estrutural racista que invisibiliza os conhecimentos tradicionais provocando a morte epistêmica; resgatar os saberes envolvidos na produção e comercialização de alimentos para fortalecimento da identidade cultural quilombola; fortalecer estudos científicos em comunidades tradicionais que gerem produtos acadêmicos para manutenção das práticas alimentares desconstruindo o modelo biomédico hegemônico e racista ainda prevalente; e compreender as práticas alimentares tradicionais que atravessam a confecção desses alimentos tanto no consumo quanto na comercialização e as suas contribuições.

## METODOLOGIA

Em diversas buscas na literatura foram encontrados poucos achados voltados nas bases de dados lilacs, Scielo, Pubmed, Google scholar sobre práticas alimentares nas comunidades quilombolas, as expressões utilizadas foram: “saúde nas comunidades quilombolas” com 87 achados, “hábitos alimentares das comunidades quilombolas” 4 achados, “Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em comunidades quilombolas” com 10 artigos e Práticas Alimentares em comunidades quilombolas com 5 artigos, sendo que esta última busca foram encontrados artigos em comum com os dois títulos anteriores não havendo dissociação entre “hábitos e práticas”. Foi estabelecido um limite de 19 anos no intervalo de 2004 a 2023, com a finalidade de se obter uma abrangência maior do tema e considerando o aumento de estudos voltados para essa área nos últimos anos. Foram excluídos os artigos que não tinham o texto completo e as buscas foram feitas para conhecermos o estado da arte das pesquisas em saúde nas comunidades quilombolas e qual a sua aplicabilidade no contexto social que estão inseridos.

O presente estudo tem o objetivo de realizar uma revisão da literatura que gere reflexões sobre as práticas alimentares tradicionais e os saberes atravessam esses processos, rompendo paradigmas do Racismo que inviabilizam o reconhecimento dessas práticas.

## DISCUSSÃO

A partir da realização do levantamento de dados sobre a produção de sobre as práticas alimentares nas comunidades tradicionais pode-se observar a escassez de estudos nessa área, o que dificulta a disseminação e reconhecimento dos saberes tradicionais na população. Esse processo ainda é possível pela desvalorização desses saberes no âmbito da saúde pública.

Em pesquisa feita na Universidade Federal de Goiás (UFG), realizou-se uma análise quantitativa em seu Portal de Periódicos sobre a produção científica acerca da saúde da população negra. Compreendeu-se que dentre as características e dinâmicas das publicações científicas sobre “saúde da população negra” que são

armazenadas nas bases da UFG, cita-se que há poucas publicações sobre a temática e dentre as existentes, destaca-se em número maior os artigos científicos, seguidos das teses e logo após dissertações <sup>(22)</sup>. Esse achado corrobora com a necessidade de ampliar as pesquisas voltadas para a população negra quilombola, reconhecendo as práticas que se perpetuam nessas comunidades ao longo dos anos.

Um estudo realizado por Américo et al <sup>(7)</sup>, sobre os conhecimentos tradicionais em uma comunidade quilombolas do Vale do Ribeira São Paulo reafirma a conexão entre os saberes seus usos e práticas a uma cosmovisão étnico-territorial ancestral, propondo mudanças e reflexões críticas visando a emancipação humana. O autor afirma que esses saberes, práticas, valores e relações ancestrais, de origem indígena e africana, acumulados e produzidos oralmente ao longo das gerações, sendo originários da roça tradicional transcendem pela escolha do tipo de área, solo e vegetação, fases da lua, técnicas de plantio e cultivo. Além de ser o principal meio de produção e renda das famílias das comunidades, ele garante a segurança alimentar, a fixação das famílias no território e a consequente manutenção da cultura, da historicidade e da tecnicidade.

O modelo biomédico de formação do profissional de saúde, na Matriz Curricular do curso, considera padrões técnicos estabelecidos de acordo com a Resolução-RDC Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA nº 216/04 para produção e comercialização de alimentos. Essas normas técnicas higiênicosanitárias elaboradas por órgãos regulamentadores para a comercialização de alimentos em Unidades de Alimentação e Nutrição não contemplam as práticas alimentares existentes em comunidades tradicionais, desconsiderando os saberes ancestrais na produção de alimentos o que dificulta a comercialização de alimentos nessas comunidades <sup>(23)</sup>.

Quando nos referimos a importância do território para os povos tradicionais, existe uma simbologia que envolve essas práticas além de manter o equilíbrio do ecossistema das regiões habitadas por esses grupos sendo os verdadeiros “Guardiões das florestas”. Um estudo feito por Batista <sup>(24)</sup>, sobre os saberes tradicionais de povos indígenas Mbya Guarani concluiu que o tema sociobiodiversidade mesmo com pressão sofrida pelos governos anteriores os povos

indígenas mantêm suas estratégias de resistência para a manutenção de sua cultura e seu bem viver. Ficou evidenciado neste estudo que, embora os impactos socioambientais sofridos pelo povo Mbya Guarani tenham sido intensos nas últimas décadas, os saberes de manejo com a biodiversidade e suas relações com a Mata Atlântica continuam muito presentes melhorando as condições de diversidade biológica e ecológica utilizando de técnicas culturais e saberes tradicionais que buscam formas de resolução aos impactos socioambientais <sup>(23)</sup>.

O racismo se apresenta de diversas maneiras para invisibilizar e excluir a população negra do acesso a saúde, educação, segurança alimentar violando os direitos adquiridos na constituição federal. O conceito do **Racismo Fundiário** pautado por GOMES (2019), que descreve como a elevadíssima concentração de terras no Brasil tem cor, desde 1500 <sup>(24)</sup>.

“Apenas 13% do território brasileiro é ocupado por povos indígenas, e muitos ainda em processo de demarcação. Segundo a CONAQ (Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas) das 3.200 comunidades quilombolas reconhecidas até então, menos de 7% delas estão regularizadas/tituladas”.

Outros dados do censo agropecuário (2017) constata a cor dos proprietário de estabelecimentos rurais no Brasil, sendo Cerca de 47,9% dos estabelecimentos agropecuários tinham produtores declarados como brancos, sendo maiores conforme a área e os pequenos estabelecimentos eram dos produtores que se declararam pardos, pretos e indígenas ficando evidente a desigualdade na demarcação de terras <sup>(25)</sup>.

O sistema colonialista no qual o país foi submetido colocam os negros na posição de subalternização e posteriormente invisibilização social pautado na branquitude pós-colonial. Partindo do princípio que não existe terra vazia a existência de povos neste território foi mascarado pelo Racismo fundiário. Além da invasão das terras, o Estado age pela omissão e incentivo ao avanço do agronegócio, garimpo ilegal, extrativismo mineral e vegetal sobre os territórios indígenas e quilombolas que além de contaminar o solo e as águas, comprometem

toda cadeia produtiva do ecossistema afetando um equilíbrio sustentado pelos povos tradicionais durante anos <sup>(24)</sup>.

O ato de comer dos povos quilombolas não tem somente relação com uma satisfação fisiológica, pois sentar-se a mesa com alguém em uma refeição é cultural e está relacionada aos ritos das religiões de matriz africana. A comensalidade na alimentação quilombola está intimamente ligada à socialização, religiosidade e a oferenda aos santos e deuses no candomblé. Cada orixá tem em seu contexto histórico e cultural preferências alimentares, seguindo características de cada entidade que se incorpora do corpo dos médiuns, que podem ser de idade, sexo e ainda relacionadas ao poder e proximidade delas com os seus seguidores. Diante desse contexto, o Racismo religioso tenta apagar a cultura dos povos africanos e suas raízes, contribuindo para o esquecimento de práticas culturais anteriormente transmitidas de geração para geração <sup>(26)</sup>.

Outro fator que impacta diretamente na sustentabilidade, produtividade, cultura e conseqüentemente no modo de vida dos povos tradicionais é o racismo ambiental<sup>(27)</sup>.

“O racismo ambiental é uma violação de direitos humanos e é uma forma de discriminação causada por governos e políticas do setor privado, práticas, ações ou inações, que intencionalmente ou não, agridem o ambiente, a saúde, a biodiversidade, a economia local, a qualidade de vida e a segurança em comunidades, trabalhadores, grupos e indivíduos baseados em raça, classe, cor, gênero, casta, etnicidade e/ou sua origem nacional” (apud Figueira, 2021 p, 189).

A injustiça social está associada a segregação do espaço ambiental e é visível quando o estado é omissivo às minorias que habitam em comunidades rurais. Essa carência de direitos sociais que não atua de maneira igualitária priva determinados grupos como Indígenas, Quilombolas e Ribeirinhas do acesso à vida e ao bem viver, promovendo um genocídio dessas populações e de seus conhecimentos tradicionais <sup>(27)</sup>.

O racismo aparece de diversas formas na sociedade e, muitas vezes, de maneira velada ou até mesmo explícita advinda de um modelo colonial eurocêntrico e que se reorganiza com a intenção de manter a supremacia dos brancos sobre os não brancos com a ideia do conceito de raça baseada no poder.

## CONCLUSÃO

O estudo visou relacionar as práticas alimentares tradicionais executadas nas comunidades quilombolas dando ênfase nos saberes reproduzido durante gerações e os impactos das diversas formas de racismo na invisibilização desses saberes. O racismo aparece de diversas formas na sociedade e, muitas vezes, de maneira velada advinda de um modelo colonial eurocêntrico que se reorganiza com a intenção de manter a supremacia dos brancos sobre os não brancos. Apesar dos estudos que envolvam saberes tradicionais e os debates sobre essa temática ter crescido muito nas universidades as questões raciais que perduram desde a colonização, e as novas gerações, além de serem antirracista, devem contracolonizar as ideias de racismo produzindo estudos científicos que comprove a relevância dos saberes tradicionais dos povos quilombolas e indígenas no âmbito da saúde, logo esses conhecimentos carregados de cultura foram os pioneiros para formação do que hoje chamamos de ciência.

## REFERÊNCIAS

1. Rotenberg SVS. Práticas Alimentares e o cuidado da saúde: da alimentação da criança à alimentação da família. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*. 2004;(4)1:86-94.
2. Santo A. O sabor da história: práticas alimentares e identidade quilombola. *Intratextos*. Rio de Janeiro. 2012;(3)1:54-71.
3. Hobsbawn E, Ranger T. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Coleção Pensamento Crítico. 1997;(55).
4. Souza JCP. Línguas africanas no Brasil: construção de identidade no tempo e no espaço. *Revista ECOS*. 2015;(18)1.
5. Souza BO. Aquilombar-se: panorama histórico, identitário e político do Movimento Quilombola Brasileiro. 2008. 204 f. Dissertação Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
6. Freitas DA. Saúde e comunidades quilombolas: uma revisão da literatura. *Revista CEFAC*. 2011;(13):937-943.
7. Américo CM, Luiz MF. Conhecimentos tradicionais quilombolas: reflexões críticas em defesa da vida coletiva. *Cadernos Cenpec | Nova série*, [S.l.]. 2019(9)1..
8. Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Instrução Normativa Inca n.º 16, de 24 de março de 2004.

- Disponível em:  
<https://cpisp.org.br/instrucao-normativa-incra-no-16-de-24-de-marco-de-2004/> Acesso em: 08 jul.2022
9. Brasil. Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária e Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária(INCRA) DFQ Atualizado em 13/04/2017. Disponível em: [https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/perguntas\\_respostas.pdf](https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/perguntas_respostas.pdf) Acesso em 25 out 2022.
  10. Salomão FV, De Castro CVA. A Identidade Quilombola: Territorialidade Étnica e Proteção Jurídica. Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGDir./UFRGS, [S. l.], 2018;(13)1. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/ppgdir/article/view/73034>. Acesso em: 8 out. 2022.
  11. Almeida SL. O que é Racismo Estrutural? Belo Horizonte (MG) , Letramento, 2018.
  12. Ribeiro E. Nutricídio, mas também pode chamar de fome. Site: [ojoioetrigo.com.br](http://ojoioetrigo.com.br), 2020. Disponível em:<https://ojoioetrigo.com.br/2020/11/nutricidio-mas-tambem-pode-chamar-de-fome/> Acesso em 21/09/2022.
  13. López LC. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde Interface - Comunic., Saúde, Educ. 2012;(16)40:121-34.
  14. Oliveira D, Gonçalves, CR. Branquitude e racismo estrutural na Universidade. Abatirá - Revista De Ciências Humanas E Linguagens, 2021;(2)4:477 – 485.
  15. Gomes FS. Mocambos e quilombos – Uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
  16. Camilo VMA, Freitas F, Neiva GS, Da Silva CT, Da Silva IMM. Processamento artesanal de sururu (*Mytella guyanensis*) pelas marisqueiras da RESEX Baía do Iguape: avaliação da qualidade antes e após intervenção educativa. Vigilância sanitária em debate. 2016;4(4):34-42.
  17. Silva JS, Andrade LS, Souza, MA, Halmenschlager F. Práticas produtivas da farinha de mandioca na comunidade quilombola mocambo - Ourém - PA. Nova revista amazônica. 2021;(9):129.
  18. Neto JL, Souza FLM, Paiva VR, Pinheiro ADAG, Queiroz ZFD, Nunes C. O protagonismo feminino na sociabilidade quilombola no contexto de Arrudas: Apontamentos e articulações com a educação popular. Research, Society and Development. 2021; 11(5).
  19. Santos AB. As fronteiras entre o saber orgânico e o saber sintético. In: Oliva AR. et al. (org.). Tecendo redes antirracistas: Áfricas, Brasil, Portugal. Belo Horizonte: Autêntica, Coleção Cultura Negra e Identidades. 2019, 23-36.
  20. Santana EDZF. A casa de farinha como território de aprendizagem e a farinhada como processo educativo: estudo de caso no Distrito Janarí, Goianésia do Pará/PA. 90 p. Dissertação - Universidade de Brasília, 2018.
  21. Costa RS, Machado, BC. Diversidade cultural e diferentes formas de habitar: a comunidade remanescente de quilombos de santiago do iguape, bahia SEMOC

- Semana de Mobilização Científica. 2018(21).
22. Silva ICO, Valério ED.; Santos, Í. A.; Campos, A. F.; Análise da produção científica da Universidade Federal de Goiás sobre saúde da população negra . Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, [S. l.], 2022, n. Especial. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/39927>. Acesso em: 22 jul. 2022.
23. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Brasil). Resolução nº 216, de 15 de setembro de 2004, confere o art. 11, inciso IV, do Regulamento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Ministério da Saúde. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/sau-delegis/anvisa/2004/res0216\\_15\\_09\\_2004.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/sau-delegis/anvisa/2004/res0216_15_09_2004.html) Acesso em: 08 ju.2022.
24. Batista MK, Milioli, G, Zanette, CV. Saberes tradicionais de povos indígenas como referência de uso e conservação da biodiversidade: considerações teóricas sobre o povo Mbya Guarani. *Ethnoscientia*. 2020(5)1. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ethnoscientia/article/view/10299> Acesso em 08 jun. 2023
25. Gomes D, EMILÍA T. Racismo fundiário: a elevadíssima concentração de terras no Brasil tem cor. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O Atlas do espaço rural brasileiro, publicado em 2020. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/artigos/4669-racismo-fundiario-a-elevadissima-concentracao-de-terras-no-brasil-tem-cor> Acesso em 08 jun. 2023
26. Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Atlas do espaço rural brasileiro. Censo agropecuário, 2020.
27. Santos MJ. Mulheres quilombolas: Memória é acervo da nossa cultura. *Cardenos Imbondeiro*, João Pessoa. 2012;(2)1:1-15.
28. Figueira SLA. Racismo ambiental, cidadania e biopolítica: considerações gerais em torno de espacialidades racializadas. *Universidade Federal do Pará Ateliê Geográfico - Goiânia-GO*. 2021;(15)2:186 – 2021.